



**República de Moçambique
Ministério da Terra e Ambiente
Gabinete da Ministra**

Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras

Síntese N.º. 00..../CRPNT/ST/2020, 12 de Agosto

Introdução

Na Sessão do Conselho Consultivo do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, orientada por Sua Excelência o Ministro Osvaldo Machatine, a CRPNT apresentou a Metodologia de Auscultação Pública da Revisão da Política Nacional de Terras.

Estiveram presentes um total de.... participantes (conforme a LISTA DE PARTICIPANTES EM ANEXO)

A Comissão fez-se representar pelo seu Coordenador, André Calengo, acompanhado pelo Secretário Técnico da CRPNT, Simão Joaquim.

A presente síntese tem por finalidade sistematizar as principais contribuições e questões colocadas na Sessão do Conselho Consultivo.

A Reunião começou com uma saudação especial

I. Da apresentação

Na sua apresentação, o Coordenador da Comissão começou por agradecer a disponibilidade do Ministério para acolher a Comissão e o interesse manifestado pelo tema, realçando que esta primeira aparição visava essencialmente, partilhar os principais momentos do processo da revisão, em particular a forma como se pretende envolver os diferentes actores da sociedade incluindo, o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos.

Manifestou ainda, a disponibilidade da Comissão para, em devido tempo, discutir e aprofundar com os quadros do Ministério, as questões específicas que constituem preocupação para o sector das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos.

De seguida, apresentou os principais elementos do processo, nomeadamente: (i) a cronologia do processo de revisão; (ii) as principais áreas temáticas objecto da revisão; (iii) os grupos de questões de política e legislação que vão animar a fase de auscultação; (iv) a metodologia que vai guiar o processo de auscultação no contexto da Covid-19.

Particular destaque para a questão do Fundo Estatal de Terras, das reservas de Estado, das zonas de protecção parcial em redor das Barragens, estradas, linhas férreas e outras infraestruturas públicas. Igualmente, foi feita particular menção ao facto de hoje a alocação da terra ser feita com base na demanda, sendo que se pretende que no futuro a mesma seja alocada com base na oferta, através dos instrumentos de Planeamento e Ordenamento Territorial.

II. Principais Questões e Contribuições

1. Foi sugerido que seria útil que a Comissão procure “beber” da experiência de processos similares que eventualmente estejam a acontecer a nível da região. A experiência dos outros países da região, vai contribuir para se evitar cometer os mesmos erros havidos nesses países;
2. Em relação as Reservas do Estado, foi sugerido que deve merecer maior atenção a questão da protecção das áreas confinantes às infraestruturas hidráulicas, incluindo as barragens, sistemas de abastecimento de água e similares;
3. Devem ser incluídos na auscultação pública outros actores chaves, tais como o sector privado a nível local; Quais são os grupos de interesse a que se refere? É muito importante assegurar que todos serão ouvidos;
4. As Organizações Não Governamentais Nacionais e Estrangeiras, vão ou não ser ouvidas?
5. Foram referidos conflitos com a população em zonas de reserva de estradas e de sistemas de abastecimento de água. Por exemplo: (i) Ponta de Ouro...; (ii) Bobole, onde existe um dos maiores aquíferos da zona, assiste-se ao crescimento da indústria com elevado potencial para a contaminação do aquífero; (iii) o Vale de Nhartanda, em Tete, é dos maiores aquíferos que se conhece. Aqui assiste-se a crescente ocupação para fins de habitação.
6. Em relação a Descentralização, foi sugerida a definição de áreas de interesse Nacional onde os processos que aqui ocorrem não são descentralizáveis;

Anexo 11- Modelo de Síntese de Encontro de Socialização (Debate) do Processo de Revisão da PNT

7. A questão do Ordenamento Territorial deve ser considerada ate para reduzir o papel de entidades que atribuem terra em conflito aberto com as disposições da Lei de Terras;
8. Assiste-se igualmente, a indivíduos que adquirem o DUAT a um certo custo e a transmissão do mesmo chega a custar dez vezes mais em relação ao custo inicial. Esta questão deve ser vista com atenção porquanto resulta em perda de receitas para o Estado e promove o açambarcamento das terras;
9. A legislação de Terras é considerada a melhor do Mundo: deve continuar a ser a melhor do mundo; A auscultação pública deve envolver toda a sociedade moçambicana; os resultados da auscultação devem ser divulgados a nível nacional para conhecimento de todos;
10. Competências para autorizar DUAT: hoje, todo mundo autoriza (secretários de Bairro, Chefe de Quarteirão, Administradores, Secretários de Estado, etc). Chegou o momento de definir com clareza quem autoriza o DUAT e trabalhar para reduzir a morosidade na tramitação do DUAT;
11. A PNT constitui um grande desafio a nível das Comunidades; no calendário fala-se de capacitação para o processo de auscultação, em 2020. Quem vai ser capacitado? Em 2021, vai-se ao Conselho de Ministros e depois a Conferência Nacional de Terras. Sugestão para inverter a ordem dos eventos.
12. Licença Especial vs. Gestão das áreas confinantes. A licença Especial é atribuída por uma entidade diferente daquela que faz a gestão da área. Sabe-se que a gestão acarreta custos elevados, desde o reassentamento, a ocupação precária, etc.
13. Foi sugerido que as competências para autorizar a ocupação das áreas confinantes devem ser transferidas para o sector de tutela das mesmas;
14. Será igualmente importante salvaguardar os planos de desenvolvimento urbano a par dos planos de ordenamento territorial;
15. A Revisão vem a tempo de evitar o quadro que prejudique o desenvolvimento económico; a terra pode tornar os projectos viáveis ou não; viabiliza os projectos quando for bem gerida e os inviabiliza quando a gestão não é devidamente feita;
16. Não fica claro de que trata a revisão; o processo de auscultação deve ser abrangente; é importante salvaguardar a terra das comunidades, protecção dos direitos dos seus descendentes;
17. A terra está a venda, o Estado está a perder muitas receitas; deve ser encontrado um mecanismo para controlar o mercado de terras ou de arrecadação das receitas para o Estado.

III. Comentários do apresentador

Nos seus comentários, o apresentador acolheu todas as questões e contribuições havidas, referindo que a Comissão vai voltar logo que as condições estejam criadas para aprofundar as questões levantadas; Referiu que a Comissão vai trabalhar com uma rede de OSC que lhe vai permitir chegar a todos os seguimentos da comunidade;

Em relação a transmissibilidade e ao facto de que a terra está a venda, questionou: qual é a solução? Qual é o consenso? Vamos ao debate ouvir as sensibilidades. Este tema pode implicar a revisão da Constituição, no seu Artigo 109, número 2.

De seguida, deixou dois (2) desafios para a reflexão do Ministério:

(i) **Terra e Política de habitação**

Como promover a política de habitação através do acesso à terra? a Reforma da Habitação é um processo bem sucedido e pode se aprender desta experiência;

(ii) **Reservas de Estado vs. Terras dominais**

Será importante reflectir e visitar e tratar melhor questões como: quem tramita? Quem concessionaria?

Foro Municipal: antes, havia reservas para Estado fora gestão das autoridades municipais;

Foro de Obras Públicas: vamos tentar resgatar algumas experiências que já funcionaram no país;

Fundo Estatal de Terras, vamos aceitar o desafio e nos engajarmos no processo.

Considerações finais

S.Exa. o Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos teceu as seguintes considerações:

- a) Em relação as zonas de protecção parcial, referiu que o sector gasta entre 30% e 40% do valor previsto para a construção de uma estrada com as indemnizações, demolições. Isto acaba por afectar o projecto inicial, por exemplo, o projecto previa a construção de 100 km de estrada e no final acabamos com apenas 60 km;
- b) Chamou a necessidade de um maior rigor para evitar as situações referidas e a responsabilização das instituições públicas que estimulam as ocupações com serviços tais como saúde, energia entre outros;

Anexo 11- Modelo de Síntese de Encontro de Socialização (Debate) do Processo de Revisão da PNT

- c) Referiu ainda que, é importante desenvolver sim, mas não a todo custo. É importante ter em atenção outros fenómenos como os acidentes, as cheias;
- d) Por último, referiu que a terra é do Estado, e não está ao serviço do capital. Referiu por exemplo, que no contexto recente de bloqueio, foi possível manter a produção agrícola e abastecer o país de alimentos. Soberania é vivermos do campo e valorizar a produção nacional.

Maputo, 12 de Agosto de 2020

Elaborado por:

Simão Joaquim

André Calengo (revisão)